

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, 28 de Outubro de 1926.

CARLOS DE CAMPOS
Bento Bueno.

Publicada na Secretaria da Justiça e da Segurança Publica, aos 29 de Outubro de 1926. — O Director, a) Carlos Villalva.

LEI N.º 2141. — De 16 de Outubro de 1926. (*)

Remodela o Instituto de Café do Estado de São Paulo

O Doutor Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte :

Artigo 1.º — O Instituto de Café do Estado de São Paulo, creado pela Lei n.º 2.004, de 10 de Dezembro de 1924, e, modificado pelas leis nos. 2.110-A de 20 de Dezembro de 1925, e 2.122, de 30 do mesmo mez e anno, será administrado pelo Secretario da Fazenda e do Thesouro e, em sua ausencia ou impedimento, pelo Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Artigo 2.º — Fica instituido um Conselho Consultivo do Instituto de Café, com attribuições fiscaes, sob a presidencia do Secretario da Fazenda, composto do Secretario da Agricultura, como vice presidente, e de tres membros, nomeados pelos Presidente do Estado, entre pessoas de notoria competencia em assumptos agricolas ou commerciaes e bancarios.

§ Unico. — As attribuições do Conselho serão definidas no Decreto que regulamentar esta lei.

Artigo 3.º — O Instituto de Café funciona nesta Capital, podendo ter succursaes e agencias onde fôr necessario contractando o Secretario da Fazenda o pessoal tecnico interno e externo para os differentes mercados.

Artigo 4.º — Continua em vigor a cobrança da taxa de viação até o valor de mil réis ouro, ou o seu equivalente em papel, por sacca de café que transitar pelo territorio do Estado, taxa que serve de garantia para os empréstimos contrahidos pelo Instituto de Café, em data de 2 de Janeiro de 1926, com o Estado de São Paulo e com os banqueiros estrangeiros, de accordo com as anteriores autorizações legislativas.

Artigo 5.º — A defesa do café, que será feita pelo Instituto, e decorrerá exclusivamente pela Secretaria da Fazenda e do Thesouro, consistirá em :

a) Regularização das entradas no porto de Santos, pela limitação dos transportes, de accordo com o regulamento approvedo pelas empresas ferroviarias do Estado ;

b) celebração de convenios com os demais Estados cafeeiros para que votem a taxa de viação do valor até mil réis ouro, e promovam a defesa do café, na forma desta lei ;

c) empréstimos directos ou por intermedio de instituições bancarias aos lavradores de café, mediante condições de quantum praso e juros e garantia de café ;

d) compra de café no mercado de Santos ou em outro qualquer mercado interno para a retirada provisoria sempre que fôr conveniente para a regularização da offerta ;

e) serviço de informações, estatística, propaganda e repressão de falsificação de cafés ;

Artigo 6.º — A importancia resultante dos empréstimos realisados, constitue Fundo de Defesa do Café, podendo d'elle ser empregado em titulos de boa cotação, a juizo do Governo.

Artigo 7.º — O producto da taxa de viação, do empréstimo realisado com a garantia dessa taxa e das obrigações do Estado, bém como os juros e lucros liquidos que se verificarem nas operações de que trata esta lei, serão depositados em estabelecimentos de credito da confiança do Governo.

Artigo 8.º — O Fundo de Defesa do Café, constituido das quantias e dos bens adquiridos pelo patrimonio da mesma Defesa, não se incorporará á receita ordinaria do Estado e será intangivel ; em hypothese alguma poderá ser incorporado á receita do Estado nem applicado a quizesquer outros fins que não sejam os que estão determinados nesta lei.

() Publicado 3.ª vez por ter sahido com incorrecções.

Artigo 9.º — Si cessar a acção da Defesa organizada por esta lei, o liquido do Fundo de Defesa existente a esse tempo reverterá proporcionalmente aos contribuintes da taxa creada.

Artigo 10. — A arrecadação da taxa do valor até mil réis, ouro, de que trata esta lei terminará com a extincção do serviço de amortização e juros dos empréstimos contrahidos e a cuja garantia ella se destina.

Artigo 11. — Ficam approvedos os contractos celebrados pelo Instituto de Café, em seus livros ou em escripturas publicas como pessoa juridica até a data da presente lei para o effeito de serem compridos pelo Secretario da Fazenda, que é o presidente do Instituto.

Artigo 12 — Fica approvedo o decreto n. 4067, de 30 de Junho de 1926, que prorogou o mandato dos actuaes representantes da lavoura e do commercio, no Instituto de Café.

Artigo 13. — Fica revogada a lei n. 2034, de 19 de Dezembro de 1924, excepto os arts. 13 e 14.

Artigo 14. — Ficam revogados os artigos 6.º, letra b., 7.º, § 2.º, e 4.º, 7.º e 19.º, da lei n. 146, de 4 de Julho de 1914

Artigo 15. — Fica o Governo autorizado a consolidar e uniformisar todas as disposições dos regulamentos e regimento expedidos em virtude da lei n. 146, de 14 de Julho de 1914, podendo usar da faculdade do artigo 16 desta lei, e a cancelar quizesquer registros feitos em virtude do artigo 1.º da lei n. 2004, de 19 de Dezembro de 1924.

Artigo 16. — Fica o Governo autorizado a regulamentar esta lei no todo ou em parte, e a modificar essa regulamentação, sempre que a experiencia o aconselhar.

Artigo 17. — Esta lei entrará em vigor da data da sua publicação.

Artigo 18. — Revogam se as disposições em contrario.

Palácio do Governo do Estado de S. Paulo, em 26 de Outubro de 1926.

CARLOS DE CAMPOS

Mario Tavares

Gabriel Ribeiro dos Santos

Publicada na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado, em 26 de Outubro de 1926.—a) P. Freitas, director geral substituto.

RESOLUÇÃO REVOCATORIA

O Presidente do Senado de S. Paulo faz saber que o Senado decretou a seguinte resolução revocatoria :

O Senado do Estado de S. Paulo resolve :

Artigo unico. — São declaradas nullas e sem effeito as disposições do art. 6. da lei n. 31, de 5 de Novembro de 1923, da Camara Municipal de Guariba que orça a receita e fixa a despesa do municipio para 1924.

Sala das sessões do Senado, 28 de Outubro de 1926.

A. Dino Bueno

Publicada na Secretaria do Senado de S. Paulo, aos 28 de Outubro de 1926. — O director geral, Bento Ezequiel Sáes.

Actos do Poder Executivo

DECRETO N. 4.125 — de 29 de Outubro de 1926

Abre um credito especial da importancia de Rs. 15:886\$180, e mais os juros que accrescerem para pagamento á Companhia Paulista de Industria e Commercio e ao dr. Hermes de Barros Lima, em virtude de sentença judicial.

O doutor Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo

Usando da autorisação que lhe confere a Lei n. 2.142, de 23 de Outubro de 1926,